

Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

nesta edição:

**RIO GRANDE DO SUL, 1890-1930: A
IDÉIA DA INDÚSTRIA**

Sandra Jatahy Pesavento

**DESENVOLVIMENTO DO CAPITALIS-
MO E A REFORMA AGRÁRIA NO
BRASIL**

Silvio A. F. Cário

**A PEQUENA PROPRIEDADE RURAL
EM SANTA CATARINA**

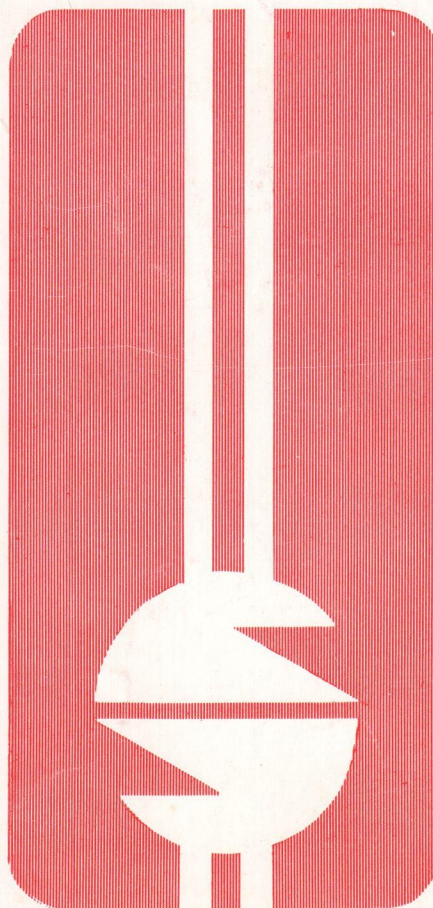
Otto G. Konzen

ECONOMIA, ECOLOGIA E POLUIÇÃO

Aloísio Ely

**TEORIA GERAL: AS CONCEPÇÕES
DE KEINES E OS MODELOS INTER-
PRETATIVOS**

Fernando Ferrari Filho



REITOR: Prof. Francisco Ferraz

DIRETOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:

Prof. Edgar Irio Simm

VICE-DIRETOR: Prof. Walter Meucci Nique

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS:

Prof. Ernani Hickmann

CONSELHO EDITORIAL: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca (Presidente)

Prof. Achyles Barcelos da Costa

Prof. Carlos Augusto Crusius

Prof. Claudio Francisco Accurso

Prof. Edgar Augusto Lanzer

Prof. Ernani Hickmann

Prof. Juvir Mattuella

Prof. João Rogério Sanson

Profa. Maria Imilda da Costa e Silva

Prof. Nali de Jesus de Souza

Prof. Nuno Renan L. de Figueiredo Pinto

Profa. Otilia Beatriz Kroeff Carrion

Prof. Paulo Alexandre Sphor

Prof. Roberto Camps Moraes

Profa. Yeda Rorato Crusius

FUNDADOR: Prof. Antonio Carlos Santos Rosa

ANÁLISE ECONÔMICA publica dois números anuais nos meses de março e novembro. O preço da assinatura para 1986 é Cz\$ 36,00, a ser pago através de cheque nominal para "Faculdade de Ciências Econômicas – UFRGS". Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda a correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidas a:

Prof. PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

Revista Análise Econômica

Avenida João Pessoa, 52 – 3º andar

90.000 – Porto Alegre (RS) – Brasil

RIO GRANDE DO SUL, 1890-1930:

A IDÉIA DA INDÚSTRIA

(com a palavra o empresário e o Governo) *

SANDRA JATAHY PESAVENTO**

A República Velha gaúcha inseriu-se no processo de transição de um predomínio quase que exclusivamente agrário para uma nova situação na qual começaram a se fazer sentir as pressões de uma nova ordem urbano-industrial emergente.

Tal constatação, no caso, não invalida a idéia de que o contexto geral, não apenas da região como do País como um todo, continuasse predominantemente agrário. No decorrer da Primeira República brasileira, os industriais, que viviam o seu momento de afirmação, tiveram a sua atuação inserida e delimitada nos quadros de um estado oligárquico, conduzido segundo os interesses de uma burguesia agrária.

O que se coloca em questão, todavia, é que as generalizações feitas para a República Velha como um todo não dão conta da heterogeneidade dos setores agrários nas diferentes regiões do País, nem das composições específicas que são feitas, regionalmente, com as frações não-agrárias da burguesia nacional.

Para fins deste estudo, importa acompanhar o processo de complementaridade e diferenciação da nascente burguesia industrial gaúcha frente aos grupos agrários, particularmente aquela fração no poder, identificada com o partido situacionista, o PRR (Partido Republicano Rio-Grandense).

A análise da questão envolve, no caso, duas facetas: a da complementariedade, que identifica que há interesses ponderáveis que

* Este artigo é a versão modificada de um dos capítulos de minha tese de Doutorado em História a ser defendida na USP e que se intitula "Empresariado, Trabalho e Estado — contribuição a uma análise da burguesia industrial gaúcha (1889-1930)".

**Do Departamento de História da UFRGS.

são comuns para a burguesia industrial e para os demais produtores do Rio Grande, e a da diferenciação, que identifica interesses específicos para a fração de classe industrial, que podem ou não entrar em conflito com os grupos agrários.

O projeto regional do PRR, que se consolidaria ao longo da República Velha, continha elementos que eram de molde a atrair e a abrigar os interesses industriais: propunha um desenvolvimento capitalista global para todos os setores produtivos do Estado; defendia a propriedade e garantia a iniciativa privada; reservava ao Estado a função de eliminar entraves que se antepusessem à acumulação e promover os meios para a obtenção do progresso; apostava na racionalização da produção e postulava a manutenção da ordem social, eliminando ou contornando os conflitos; o Estado de feição positivista, responsável por estas metas e orientações, se apresentava como respondendo a todos os interesses, embora fosse claro o seu alinhamento ao lado do capital. Sua feição autoritária, por outro lado, não se interpunha à livre movimentação da fração de classe empresarial; muito pelo contrário, o autoritarismo justamente se revelava ao refrear os impulsos de "desordem social" ou de contestação ao programa político-partidário, resguardando os interesses empresariais, em um e outro caso.

Uma bela proposta, sem dúvida, desde a ótica capitalista e burguesa. O projeto republicano tendeu, pois, a abrigar em seus quadros aquela fração da burguesia, que com sua adesão passou a fazer parte do aparato de hegemonia que dava sustentação ao partido.

Este processo implicava, como foi visto, um endosso seletivo de um conjunto de princípios que se tornou base de orientação política e que pudesse congrega vários interesses.

O que se quer afirmar, em última análise, é que o PRR não apenas acolheu o viés do desenvolvimento industrial entre suas metas, como inclusive buscou solidificar suas alianças com esta fração da burguesia, assim como os empresários arregimentaram-se no partido da situação e utilizaram-se dos seus canais para realizarem reivindicações específicas do setor.

Dentre as questões básicas que se colocam para a formulação de um projeto e uma aliança daquela natureza, avulta a da definição do que deveria ser entendido por indústria enquanto setor distinto da economia.

Ao referir-se ao contexto brasileiro desta época como um todo, Braz J. de Araújo diz:

“(...) o predomínio político de aliança agrária marcará a maturidade da Primeira República, processo em que se desenvolve a ideologia agrária, segundo a qual a agricultura não poderia sustentar uma indústria artificial”(1).

A partir desta observação, pode-se estabelecer a ênfase na complementaridade da indústria com a agropecuária, operando a distinção entre a indústria “natural”, merecedora de apoio e incentivo, e a “artificial”, onerosa para a sociedade.

Ora, esta complementaridade do setor agrário com a indústria não se explicita apenas pela composição da aliança política do PRR, mas pelo próprio modelo econômico que se estabeleceria no Estado ao longo da República Velha, no qual a agropecuária fornecia a matéria-prima para a indústria natural, e ambas ofereciam gêneros *in natura* ou beneficiados para o mercado regional e nacional. Acoplada a esta articulação, justapunha-se uma modesta porém eficiente indústria artificial, que fornecia máquinas para a agropecuária, bem como repunha peças e elaborava aparelhos para a indústria natural. Constituía-se assim a economia gaúcha numa espécie de modelo fechado, aparentemente estável, com uma articulação interna que o punha a salvo das injunções do mercado internacional.

Já nas “Bases do Programa dos Candidatos Republicanos”, elaboradas em 1884, por ocasião do Segundo Congresso Republicano no Rio Grande, mencionava-se o “desenvolvimento industrial do país” como uma meta a atingir (2). O PRR não perderia ocasião para criticar a posição do Partido Liberal sob a Monarquia, uma vez que Silveira Martins havia conseguido para a província “tarifas preferenciais”, ou redução dos impostos de importação como forma de reprimir o contrabando (3), com isso inibindo ou mesmo prejudicando a posição da indústria gaúcha.

Já nas sessões do Conselho de Ministros do Governo Provisório que precederam a promulgação da Constituição, o gaúcho Demétrio Ribeiro, então ocupando a pasta da Agricultura, alertava que era pensamento e programa do novo governo aumentar e desenvolver a produção e impulsionar as indústrias (4). No decorrer

1 — Araújo, Braz José de. Intervenção econômica do Estado e democracia. In: Martins, Carlos Estevão, org. Estado e capitalismo no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1977. p. 230.

2 — Franco, S. C. Júlio de Castilhos e sua Época. Porto Alegre, Globo, 1967, p. 25.

3 — A Federação. Porto Alegre, 15 de out. 1891.

4 — Abranches, Dunshee de. Actas e actos do Governo Provisório. (Cópias autênticas dos protocolos das sessões secretas do Conselho de Ministros desde a proclamação da Repú-

dos trabalhos do Congresso Constituinte de 1891, Demétrio Ribeiro, que já havia se demitido do Ministério, endereçou sugestões à Câmara, em nome do Apostolado Positivista do Brasil, no sentido de que se estabelecesse

"(...) plena liberdade industrial, de modo a patentear a urgência de uma doutrina universal científica para regular as relações entre os patrões e o proletariado" (5).

Por sua vez, o programa oficial do PRR apresentava, entre as suas "teses financeiras e econômicas", as seguintes proposições: "animar o desenvolvimento da agricultura, criação e indústrias rurais"; "organizar o plano geral de viação como garantia da defesa do território nacional, do desenvolvimento industrial do país e facilidade de suas relações exteriores"; "protecionismo: proteção às indústrias do país" (6).

Formulações mais claras sobre a idéia da indústria seriam encontradas em relatórios oficiais do início do século:

"A indústria, não sendo no fundo mais do que a ação do homem sobre a natureza, para modificá-la e melhor satisfazer as necessidades orgânicas, que o obrigam a trabalhar, não pode aperfeiçoar-se, nem progredir, senão à custa do conhecimento das leis que regem a própria natureza. A atividade prática subordina-se à ciência, como esta ao sentimento. A indústria, para ser útil, precisa obedecer a preceitos científicos e desprender-se do seu egoísmo originário, tornando-se social" (7).

O posicionamento oficial traz uma inegável marca do positivismo, associando a indústria ao trabalho realizado pelos homens sobre a natureza material através da aplicação do conhecimento científico.

Tal postura sobre a indústria se complementaria em outros documentos oficiais, que encaravam o progresso industrial como

"(...) resultado da ação útil do homem sobre o planeta para melhorar as condições de sua sede. (...) Condições gerais que tornam o desenvolvimento industrial comum a todos os

blica até a organização do Gabinete Lucena, acompanhadas de importantes revelações de documentos). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907. p. 72.

5 — Brasil. Câmara dos Deputados. Anais do Congresso Constituinte da República. 1891. 2. ed. rev. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926. v. 3. p. 481.

6 — Osório, Joaquim Luís. Partidos políticos no Rio Grande do Sul (período republicano). Pelotas, Globo, 1930. p. 48-9.

7 — Relatório da Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior de 1903. p. 239.

povos: 1ª) cada homem, trabalhando coletivamente, produz mais que o necessário para o seu consumo; 2ª) os produtos da indústria humana têm uma duração maior que o tempo necessário ao seu consumo. (...) São estas duas leis que regulam a formação do capital, mediante a acumulação dos excessos produzidos por cada um. As máquinas estão aí para aumentar todos os dias estes excessos, bem como as tendências universais para a paz e a indústria. De tal modo que a formação do capital se opera segundo uma progressão geométrica e não aritmética, isto é, ele se acumula por multiplicação e não por adição. (...) O exame (...) das condições gerais é de natureza a gerar a calma e a confiança em toda a nação. Porquanto elas permitem constatar, sem nenhuma hesitação, que todas as nações, aquelas mesmas de evolução industrial mais lenta, e até durante as crises financeiras (que são essencialmente governamentais, quer dizer, individuais e não sociais), continuam incessantemente a aumentar — pela indústria, o conforto e a segurança individuais — e pelas artes e pelas ciências o sentimento e a inteligência, em uma palavra, continuam a aumentar a riqueza coletiva” (8).

A visão é, indiscutivelmente, otimista, confunde-se com a idéia de progresso, do bem-estar, e vem associada à idéia de que o capital é social em sua origem. Entretanto, pelo menos nas primeiras décadas da República, a idéia da indústria não se encontrava particularmente associada à da atividade manufatureira, sendo muitas vezes estendida a outras formas de existência do capital ou ramos de atividade econômica que não o fabril.

As mensagens do presidente do Estado à Assembléia de Representantes são pródigas em referências a esta concepção. Em 1902, assim se pronunciou Borges de Medeiros:

“Acompanhando com o mais vivo interesse a evolução econômica de nossa terra, não tenho deixado de exercer a prudente interferência oficial em tudo quanto pode estimular a expansão de suas forças vitais (...). Assim é que avoluma-se mais e mais a massa dos produtos da indústria agrícola e pastoril” (9).

Em 1903, reafirmava Borges:

8 — Relatório da Secretaria dos Negócios das Obras Públicas de 1911. p. 157.

9 — Mensagem presidencial de 1902. p. 16.

"(...) começemos por proteger as nossas indústrias, especialmente aquelas que viveram sempre entrelaçadas: a indústria agrícola e a pastoril. A prudente interferência do Estado na ordem industrial, cuja modificabilidade é tão profunda, recebe consagração universal" (10).

Note-se, portanto, que a designação de indústria é atribuída também às atividades agrícolas tal como às pastoris. Neste último caso, estava englobada a charqueada, empresa nitidamente manufatureira; mas a atividade da criação é freqüentemente designada também como "indústria pastoril". Neste ponto, ora o conceito se refere especificamente à atividade criatória e à necessidade de melhoria dos rebanhos (11), ora à atividade do saladeiro como forma de beneficiamento da carne (12).

Não se trata, em absoluto, de confundir setores produtivos diferenciados, ou de não realizar a identificação particularizada de cada um deles. Os próprios documentos oficiais da época se incumbem de estabelecer esta diferenciação:

"O Rio Grande, sobre afirmar seu evoluir progressivo, acentuou persuasivamente não se limitar tão-somente sua força produtiva à pecuária e à agricultura, propriamente dita, conquanto sejam estas a fonte principal de sua riqueza. As indústrias extrativa e fabril também tiveram ali representação condigna, a par de muitas outras que, exploradas em menor escala, já têm, no entanto, desenvolvimento notável" (13).

Aliás, caberia referir que esta atribuição do conceito de indústria a outras atividades não propriamente manufatureiras era corrente no Brasil, no período da República Velha. Veja-se, a propósito, a questão surgida sobre o que deveria ser compreendido por "indústria fabril", a propósito da cobrança do imposto sobre a renda:

"Tendo a Associação Comercial do Rio de Janeiro consultado a Recebedoria da Receita Pública sobre o que deve ser compreendido por 'indústria fabril', obteve o seguinte despacho: 1º) Não há porque separar, na espécie, a indústria fabril da manufatureira. Ao invés de recorrerem aos léxicos, se-

10 — Mensagem presidencial de 1903. p. 21.

11 — Mensagem presidencial de 1904. p. 32.

12 — Mensagem presidencial de 1905. p. 18.

13 — Mensagem presidencial de 1912. p. 59.

ria mais acertado que os recorrentes se aconselhassem com os economistas. Estes claramente discorrem sobre as diferentes indústrias, especificando-se devidamente: 1º a extrativa; 2º a agrícola; 3º a fabril ou a manufatureira; 4º a comercial e 5º a do transporte. Nestas condições, a indústria fabril que se exerce, embora por transformação apenas manual da matéria-prima, e mesmo por operários dispersos trabalhando fora do estabelecimento, não pode fugir da incidência do imposto sobre a renda. Ao critério da administração estará, entretanto, distinguir, de estabelecimento fabril propriamente dito, a simples oficina ou o pequeno fabricante” (14).

Note-se, no caso, a atribuição do caráter de indústria a várias atividades, mas também a identificação clara do que fosse a indústria fabril, inclusive a distinção da unidade manufatureira e a da simples oficina.

Entretanto, para o contexto do Rio Grande do Sul, a questão envolvia não apenas um critério de classificação econômica, mas também um problema de natureza político-ideológica. Tratava-se, antes de mais nada, de afirmar o caráter progressista do Estado e de cumprir um programa de desenvolvimento global da economia gaúcha, que respondesse a um esquema de alianças essenciais para a sustentação do partido no poder.

Desta forma, definia-se como essencial a conotação de indústria às diferentes formas de existência do capital; dentro deste universo, destacava-se a presença das indústrias ditas “naturais”, que realizavam a complementação necessária com os setores produtivos agrários.

Neste contexto é que se pode apreciar a formação do Centro Econômico do Rio Grande do Sul, em 1904, entidade fundada em Porto Alegre que tinha entre seus fins o aproveitamento das múltiplas riquezas do País. Propunha-se o Centro a aparelhar a agricultura com “os elementos modernos do progresso”, de modo a torná-la apta a fornecer os meios de subsistência e a matéria-prima para a maior parte de suas indústrias. A entidade propunha-se ainda a fomentar o desenvolvimento das diferentes indústrias viáveis no País, especialmente aquelas que consumiam matéria-prima local, com o que seria assegurada a “independência industrial” do Estado (15).

O Centro Econômico do Rio Grande do Sul agregava na sua

14 — Imposto sobre a renda. Revista do Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 12, dez. 1920. p. 562.

15 — Revista do Centro Econômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1, out. 1906.

diretoria os mais expressivos nomes da sociedade local, como os industriais Alberto Bins, J. Aloys Friedrichs, Johann Gerdau, Adolpho Voigt e Vicente Monteggia, bem como os comerciantes Arthur Brömberg, Horácio Carvalho, Frederico Dexheimer, Cunha Guimarães, Fritz Harbst, H. Lüderitz, João Paetzel, Ernesto Preiss, F. do Amaral Ribeiro, além dos gerentes do *London & Brazilian Bank* e do *Brasilianische Bank für Deutschland* (16). Participavam ainda da diretoria os engenheiros civis Rodolfo Ahrons e Costa Gama, além de militares e alguns agricultores.

O Centro havia sido criado sob os auspícios do Dr. Robert Jasnach, de Berlim, presidente de honra da entidade, cargo que era também ocupado pelo presidente do Estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Tais informações permitem concluir pelas ligações íntimas existentes entre os interesses do empresariado e do governo gaúcho, por um lado, e do governo alemão, por outro, evidenciando a importância das relações comerciais existentes entre tais partes. Da mesma forma, a composição social dos seus integrantes — heterogênea, como foi visto — permite inserir a instituição dentro do espírito que norteava a proposta governamental de desenvolvimento do Estado rio-grandense e que contava com o respaldo dos setores mais expressivos da sociedade: um incentivo global a todos os setores de produção no qual se combinasse o crescimento da agropecuária com o progresso das indústrias beneficiadoras de matéria-prima local.

Contudo, a noção que se difundia no País era a de que o Rio Grande era um Estado eminentemente agrário, por oposição ao surto industrial que ocorria em São Paulo. Em artigo publicado na Revista do Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul, em 1918, transcrito de um periódico paulista, teciam-se as seguintes considerações:

“Pelo conhecimento que vamos tendo do Rio Grande, tudo leva a crer que é ele o célebre celeiro anunciado para a fortuna do Brasil. O caminho por onde enveredou, e que tão auspiciosamente se abre em largas perspectivas, é o melhor. Não nos iludamos com a nossa própria opulência que é muita, mas não dispensa o concurso dos outros irmãos. Seria fácil enumerar parcelas eloqüentes de produtos agrícolas rio-grandenses que demonstrassem cabalmente as riquezas do próspe-

16 — Programa e Estatutos do Centro Econômico do Rio Grande do Sul (Brasil). Porto Alegre, Gundlach e Becker, 1905.

ro estado. Mas também se poderiam citar as suas indústrias. É certo, porém, que nesse ponto lhe levamos a melhor. Em suma, num golpe de síntese, poderia dizer-se que se São Paulo tem diante de si um belo futuro industrial, o Rio Grande o tem sob o ponto de vista agrícola” (17).

Entretanto, a visão que o Estado gaúcho tinha sobre suas próprias condições econômicas era diversa, da mesma forma que a concepção dos industriais a respeito do setor que lhes era afeto. Na mensagem de 1913, afirmava Borges:

“A pujante situação econômica de nossa terra desdobra-se gradual e continuamente em opulências de trabalho e riqueza. O progresso industrial resulta espontaneamente de uma natural harmonia coletiva, isenta de intervenções perturbadoras ou de artificiosas combinações. Conciliando a independência com o concurso, como condição da existência social, a nossa organização econômica, cimentada sobre bases racionais e livres, estimula e garante o surto vitorioso de todas as iniciativas privadas sem prejuízo da convergência de esforços em bem do aperfeiçoamento social” (18).

À parte o evidente empenho do discurso político em demonstrar eficácia e prosperidade, deve-se levar em conta o fato de o governo contemplar, em suas metas, o desenvolvimento industrial da região, como se verá posteriormente.

Os empresários do setor, por sua vez, encontravam, em parte, guarida para sua afirmação no interior deste programa “progressista-conservador”.

Sobre esta realidade similar, diz Gramsci:

“Cada grupo social nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.” (19).

17 — São Paulo e o Rio Grande: agricultura e indústria. Revista do Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 4, out. 1918. p. 152.

18 — Mensagem presidencial de 1913. p. 47.

19 — Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. p. 314.

No caso, o teórico italiano se refere ao empresariado que assume e desempenha uma função hegemônica na sociedade, criando uma categoria própria que realize a vinculação entre o mundo da produção propriamente dito e a superestrutura: o intelectual, cimentador do bloco histórico e arauto da nova ordem. Complementa Gramsci:

“Os empresários — se não todos, pelo menos uma elite deles — devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica” (20).

Resguardadas as devidas particularidades do momento histórico e das condições objetivas que dão nascimento à formação do empresariado gaúcho, é possível afirmar que, enquanto fração de classe distinta do conjunto da burguesia regional, ela procurou difundir valores e idéias pertinentes ao seu setor produtivo. Neste sentido, pode-se apreciar seu processo de diferenciação no conjunto das demais frações burguesas, na identificação de interesses próprios e distintos do setor, sem que contudo tal processo de particularização implicasse um conflito maior com os demais grupos. Até mesmo a identificação que os empresários industriais faziam de si próprios coadunava-se em grande parte com as concepções que o PRR apresentava com relação à questão industrial.

Os veículos preferenciais da visão empresarial foram, no decorrer da República Velha, aquelas revistas que se dedicavam aos interesses do comércio, da indústria, da agricultura, das finanças, e que, como foi visto, publicavam artigos de autores estrangeiros ou do centro econômico do País e dos prepostos locais do empresariado gaúcho (21).

20 — Ibidem, p. 4.

21 — Tais revistas, especificamente, foram: O Progresso, Revista do Comércio e Indústria do Rio Grande do Sul, Revista do Centro Econômico do Rio Grande do Sul, Almanaque do Comércio, Revista da Escola de Comércio de Porto Alegre, A Estância, além de outros periódicos que também abordavam questões de interesse sobre a situação manufatureira do Estado, como o Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul, Almanaque Rio-Grandense, Almanaque Laemmert, Egatea, Kodack, Kosmos, Máscara, Revista Agrícola do Rio Grande do Sul, etc.

A consideração que, contudo, merece ser feita, é a de que o posicionamento do PRR a respeito da indústria precedeu as colocações dos representantes do setor manufatureiro. Esta constatação permite levar a identificar que o núcleo dirigente do PRR elaborara uma proposta de desenvolvimento antes que o próprio setor se consolidasse ou formulasse de maneira clara os seus interesses frente à sociedade. Em outras palavras, o partido, no seu programa de governo, antecipou-se a uma maior articulação da fração de classe industrial, sem que pudesse, evidentemente, tê-la criado ou ter promovido sua formação. Assim, a habilidade política do PRR consistiu justamente em ter a sensibilidade para captar os interesses presentes na sociedade e cooptá-los em torno de um esquema de alianças que permitiu cumprir um projeto “progressista” de desenvolvimento que fosse, também, a base de sustentação de um grupo no poder.

Quando o desenvolvimento do setor industrial adquiriu um maior destaque, o empresariado passou, ele próprio, a afirmar a sua existência como setor diferenciado. Em numerosos artigos de periódicos representativos do pensamento desta fração de classe, passou a difundir-se a idéia da “indústria” desde o ponto de vista do capital. A revista O Progresso, em 1918, dizia:

“As nações são grandes pelo trabalho, como o são os indivíduos. A luta, como lei natural universal, verifica-se no mundo orgânico, no reino vegetal e até na vida dos cristais. Só desde a segunda metade do século passado foi admitida no campo da sociologia, quando o vapor industrializado e a eletricidade começaram a alterar as concepções de economia (...). O aperfeiçoamento da mecânica produziu a superprodução; a terra cultivada racionalmente dá um rendimento superior às necessidades. Daí a luta para a conquista dos mercados (...). A vitória é dos que lutam, dos mais fortes, dos mais aptos (...). A luta no campo econômico é das mais evidentes formas, por ser mais acentuada” (22).

Numa linha evolucionista e cientificista, são utilizadas as leis das ciências naturais para explicar o progresso no plano econômico e social, marcado pela vitória da indústria e pela afirmação da soberania burguesa. O vencedor — no caso, o empresário — é identificado como o mais apto, e seu sucesso advém do seu empenho, do seu trabalho e de suas qualidades pessoais. Legitima-se ainda a con-

corrência, que se orientara também pela lei da seleção natural. Em última análise, está implícita no discurso a supremacia do capital sobre o trabalho.

Em outros artigos da mesma revista, seria afirmado:

“Hoje, os governos são governados pelo industrialismo, pois suas atenções, seus maiores esforços tendem e convergem para dar-lhe todo o desenvolvimento possível, pelo simples fato de que a grandeza das nações está na razão direta da potencialidade do seu industrialismo. (...) São os mesmos países de grandioso surto industrial os mais ricos, os que estão na vanguarda da atual civilização” (23).

Em outro número do mesmo periódico, era noticiada uma veemente defesa da indústria nacional:

“É simplesmente lamentável e irritante o modo pelo qual é encarada — não só por alguns jornais como por muitos indivíduos — a indústria nacional. As doutrinas rotineiras e antipatrióticas de tais economistas — são externadas injustamente contra a indústria nacional com a simples alegação de que é inferior, sendo os respectivos produtos muito mais caros do que os simples estrangeiros — não devendo por este motivo merecer a proteção dos governos (...). O bom senso e o senso prático indicam que é preferível mil vezes o nosso país produzir tudo quanto o estrangeiro produz, embora um pouco mais caro — mas corresponde à riqueza, à vida, à independência da pátria” (24).

Mesmo que alguns destes artigos sejam transcrição de opiniões emitidas no centro econômico do País, sua divulgação em periódicos locais leva a concluir pela receptividade de tais idéias no meio empresarial do Rio Grande.

Aliás, a burguesia industrial gaúcha foi capaz de contar também com seus intelectuais, como Vicente Blancato (25). Sua obra é toda calcada no que se poderia chamar “o espírito de sua época”: de inspiração positivista e spenceriana, evolucionista e progressista, afirmadora da importância da ciência. Alguns trechos são particularmente significativos:

23 — Industrialismo. O Progresso. Porto Alegre, 66, abr. 1919.

24 — A defesa da indústria nacional. O Progresso. Porto Alegre, 68, jun. 1919.

25 — Redator da revista O Progresso, dedicada aos interesses da agricultura, indústria e comércio, foi o organizador da obra “As forças econômicas do estado do Rio Grande do

“Todas as civilizações que se têm sucedido foram, no dizer de Spencer, do tipo militar. Por isso, sendo a atual civilização uma nova forma, acentuadamente, de tipo industrial e ainda por atavismo e por misoneísmo, a sociedade continua a admirar a força e todo o cerimonial do militarismo: só as classes cultas é que compreendem o renovamento radical que importa a moderna civilização de tipo industrial, a qual eleva o indivíduo, dá ao cidadão, junto com a consciência, um conceito amplo da liberdade política e econômica. Em lugar de admirarmos os grandes generais da espada, a presente sociedade começa a destacar, merecidamente, os gênios, os modernos generais do comércio e da indústria, criadores da riqueza social” (26).

Na sua apologia da ação empresarial, Blancato comparava Bromberg com Rockefeller, Morgan, Harriman, pelo muito que fazia pelo progresso do Estado.

Referia Blancato:

“A humanidade, em seu caminho milenar, tem seguido a lei do progresso que, segundo Goethe, é representada pela linha ascensional da espiral. Desde, porém, que a ciência aplicou o vapor e, pouco mais tarde, a eletricidade, desde que, numa palavra, surgiu o industrialismo, a civilização tomou outro rumo, produzindo radicais transformações. (...) A democracia é obra tão-somente do industrialismo. Estes sintéticos conceitos são amplamente tratados por dois sociólogos célebres, Comte e Spencer, os quais, embora nem sempre estejam de acordo, chegam ambos à mesma classificação das civilizações, isto é, depois das sociedades de tipo militar, a atual é de tipo essencialmente ‘industrial’ (...) Para quem olhe superficialmente os naturais contrastes sociais, aparecem o burguês e a burguesia como produtos artificiais da nossa época, uma superestrutura. Para o estudioso imparcial dos fenômenos sociológicos, o industrial é um alto expoente dos tempos presentes, um cidadão cheio de responsabilidade de toda ordem: técnica, econômica, social, política. Mais do que tudo, é o

Sul no 1º centenário da independência do Brasil — 1822-1922” (Porto Alegre, Globo, 1923), livro que foi dedicado “às beneméritas classes conservadoras do Rio Grande do Sul”, em face do apoio que havia recebido para a edição da obra, destacando “a nobreza e a superioridade” destas classes...

26 — Blancato, op. cit.

grande artífice da democracia, e da economia do país” (27).

No seu discurso sobre as potencialidades renovadoras da burguesia, Blancato realizava a transposição evolucionista das leis naturais para as relações sociais de uma sociedade capitalista, afirmando o

“(...) respeito sagrado pelos homens que do nada, através de peripécias e de áspero ‘struggle for life’, conseguem sair vitoriosos. Geralmente ficam ignorados estes obscuros pioneiros de todo o progresso, esses verdadeiros artífices da civilização” (28).

Apesar de que este reconhecimento muitas vezes tardasse, a “lei da seleção natural” acabava se impondo e a “vitória caberia aos fortes”.

Uma outra idéia que se achava associada a este encadeamento de concepções (indústria = progresso econômico = poderio burguês) era a da miscigenação. Neste ponto, Blancato citava o exemplo da América do Norte, para onde a emigração levava tão proveitosos resultados para o desenvolvimento econômico, para depois voltar-se para o caso do Rio Grande do Sul:

“Está provado que o vigor físico de uma raça é tanto mais pronunciado quanto maiores são os elementos étnicos que participam da sua formação. (...) O poderoso elemento étnico que, de um século para cá, temos recebido de muitos países da Europa, principalmente da Alemanha e Itália, está servindo para operar o prodigioso processo de fusão de raças que, cientificamente e praticamente, dá o tipo de superioridade e fixa a nacionalidade étnica. (...) Por si só o fator étnico, se bem que decisivo, não é tudo para o desenvolvimento de um povo em formação. É necessário o fator ‘capital’, que completa o primeiro e com ele se harmoniza, constituindo o binômio econômico capital-trabalho, insubstituível propulsor de toda a economia” (29).

O Rio Grande do Sul, neste caso, ocuparia uma posição privilegiada, na qual o processo imigratório contribuía tanto para a formação do capital como para a composição do fator trabalho.

27 — Blancato, op. cit.

28 — Ibidem.

29 — Uma Obra gigantesca. Almanaque do Comércio do Rio Grande do Sul — 1920. Porto Alegre, Globo, 1920. p. 146.

A apologia do industrialismo, identificada como fórmula para alcançar a emancipação econômica do País, mesclava-se com sentimentos de ufanismo pela diversificada economia do Estado e com o apoio político a Borges.

No Almanaque do Comércio de 1920, tal posicionamento aparece claro:

"O Rio Grande do Sul, sentinela avançada entre os demais Estados da União, possui condições naturais privilegiadas para desenvolver em alto grau o seu industrialismo, isto é, o fator econômico do qual dependem todas as formas de civilização e de progresso. É de estrita justiça reconhecer que para o progresso econômico do nosso amado Rio Grande convergem todos os esforços do notável estadista brasileiro Borges de Medeiros. (...) Todas as atenções do egrégio e clarividente estadista que, com mão firme, rege os destinos do estado, estão concentradas na solução dos nossos magnos problemas econômicos" (30).

Muitos seriam os exemplos nos quais o setor industrial afirmava a sua importância, não apenas no mundo contemporâneo como na economia do Estado:

"O fator econômico ou, em termos mais próprios, as indústrias e o comércio constituem a espinha dorsal da nossa organização a que a humanidade está sendo submetida" (31).

Neste contexto, estruturou-se o "mito do enriquecimento pelo trabalho", do *self-made man*, que pelo seu próprio esforço e labuta prosperou e tornou-se um capitão da indústria. Este é, a rigor, o retrato que a burguesia elabora de si mesma e divulga perante a sociedade, retrato este retocado pela já referida noção de que a grande empresa evoluiu do artesanato.

Os biógrafos dos principais empresários do Estado não deixaram de exaltar o talento nato, o espírito de perseverança e o hábito de poupança daqueles empresários (32).

30 — Uma obra..., op. cit., p. 146.

31 — Anglo-saxões e latinos. Trabalho e riqueza. Almanaque do Comércio do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1920. p. 94.

32 — Em especial, consultar as obras: Fausel, Erich. Alberto Bins, o merlense brasileiro. São Leopoldo, Rotermond, s.d.; Franco, Álvaro. Abramo já tocou... ou a epopéia de um imigrante. São Paulo, Ramos Franco, 1943; Franco, Álvaro Franco e Sinhorinha Maria Ramos de. O milagre da montanha. São Paulo, Ramos Franco, 1946; Pellanda, Ernesto. A.J. Renner, um capitão da indústria. Porto Alegre, Globo, 1944.

De Alberto Bins, referia o seu biógrafo que o industrial afirmara que 90% de todo o seu sucesso provinha do seu trabalho e que, com relação aos lucros, nunca ganhara mais do que 9% (33).

Ao relatar a variada linha de produção da empresa, o biógrafo de Bins, Erich Fausel, diria:

“Atrás de cada uma destas inovações, a gente crê encontrar a inteligência do próprio fabricante e sentir o seu sólido e limpo trabalho, ao qual tanto valor dava (...). Sempre foi um empreendedor, e toda resistência o desafiava” (34).

Indo mais além, afirmava Fausel que Bins era um crítico do capitalismo, condenando a postura que considerava o capital como uma finalidade em si. No seu entender, ele era apenas um meio para o aumento da produção.

De Renner, dir-se-ia que, desde o momento em que ingressara como operário na fábrica de banha de seu pai, sua “personalidade congênita exigia-lhe já então mais e melhor” (35). Desde cedo, portanto, teria se revelado o seu desejo de vencer, perseguindo um fim determinado:

“Seguir sempre novos caminhos — fabricar aquilo de que o consumidor realmente necessita embora não o perceba — foram princípios firmados liminarmente por este empreendedor avisado. Por quê? De onde tirou essa que bem poderíamos chamar, a exemplo de Ford, filosofia da produção industrial? Dos livros que lia, certamente não, pois que eram manuais práticos que não tratavam da ciência cujos ditames fundamentais estabelecia, não obstante, na pequena vila de zona colonial rio-grandense. Sem nunca ter posto os pés numa grande fábrica qualquer, muito menos numa fábrica do ramo (...). Mas que é a ciência, afinal, se não o resultado da observação e da experiência, conduzidas pelo bom senso elementar e inato? Essa era a ciência de A. J. Renner” (36).

Industrial por vocação, dotado de qualidades inatas, Renner, segundo a opinião de seu biógrafo, alcançaria o sucesso por suas qualidades pessoais e com recursos próprios: “o crescimento das

33 — Fausel, op. cit., p. 10.

34 — Ibidem.

35 — Pellanda, A.J. Renner..., op. cit., p. 19.

36 — Ibidem, p. 29.

indústrias Renner foi, aliás, invariavelmente, produto do seu trabalho" (37).

Tanto no caso de Bins como no de Renner, a diversificação econômica da aplicação de capitais era entendida como manifestação de um gênio empreendedor: Bins, como industrial, comerciante, arroteiro; Renner com interesses na fiação e tecidos, na fabricação de feltros, sapatos, tintas, máquinas de costura.

De Eberle, seus biógrafos diriam:

"Se Caxias do Sul é o milagre surpreendente da montanha, a Metalúrgica Abramo Eberle Ltda. é o milagre do trabalho criador de Caxias (...). Essa imensa forja, forja não apenas de metais e minérios, mas de grandes ideais de bem-estar social e progresso econômico, representa o produto da vontade de um gênio criador, dotado de qualidades excepcionais, esculpida por uma couraça moral e uma probidade profissional e comercial que poderiam servir de exemplo. Só assim se explica que ele tivesse podido levantar sobre uma pequena fundição de colônia, perdida num rincão, naquela época longínqua do Rio Grande do Sul, os alicerces de um estabelecimento metalúrgico dos maiores e mais eficientes da América (...)" (38).

Sobre o mesmo empresário, a revista O Progresso diria:

"O seu nome é um verdadeiro poema de trabalho, de operosa e inteligente atividade. Os vencidos na luta pela vida poderiam dizê-lo um afortunado, mas todos sabem que este industrialista nada deve ao amplexo da cega deusa, e menos à riqueza de seus pais. Abramo é um 'self-made', no sentido mais absoluto da palavra. A sua alta posição de industrialista e a sua lisonjeira situação econômica devem-se tão-somente às preciosas aptidões para o trabalho, à sua vigorosa inteligência, ao seu espírito prático e real, às tendências inatas pela vida industrial, ao descortino 'dans les affaires' e, finalmente, às belas qualidades morais que lhe exornam o caráter" (39).

Em outros empresários de menor porte, reaparecem, em termos similares, as qualidades consubstanciadas na visão do enriquecimento pelo trabalho e na vitória do *self-made man* (40).

37 — Pellanda, A. J. Renner..., op. cit., p. 34.

38 — Franco & Franco, op. cit.

39 — O Progresso. Porto Alegre, 36, set. 1916.

40 — Uma materialização do "mito do enriquecimento pelo trabalho" encontra-se em

O importante, pois, na construção deste mito burguês, é "o mecanismo ideológico, que faz com que o crescimento da riqueza seja concebido por empresários e trabalhadores como produção da própria riqueza" (41). Esta, por sua vez, é fruto do trabalho, do qual o empresário também participa em iguais condições. Assim, a burguesia, através de um mecanismo de "demonstração-ocultação", procurou divulgar a idéia que conquistara sua posição por méritos pessoais e por um trabalho árduo.

Caxias do Sul, onde a casinha primitiva da funilaria de Abramo Eberle ergue-se no alto da empresa, como exemplo da dedicação ao trabalho e da evolução do artesanato à fábrica.

41 — Martins, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. p. 145.